

**ALTERAÇÕES TERRITORIAIS
ENTRE OS CENSOS DE 2000 E 2010**

(Estudo Técnico nº 93)

François E. J. de Bremaeker

Salvador, outubro de 2009

A ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, tem sede na Rua Fernando Menezes, de Góes, nº 397, sala 203 – Edifício empresarial Lucílio Cobas, Pituba, Salvador, Bahia, CEP nº 41810.700.

Serviços da Associação Transparência Municipal

Serviços de Ensino

- Execução de cursos de extensão nas mais diversas áreas de interesse da administração pública municipal, especialmente transparência administrativa municipal, contratação direta, licitação, contrato e execução orçamentária;
- Promoção de palestras, debates, encontros, cursos, seminários, congressos, conferências, fóruns e outros tipos de eventos visando o aprimoramento do servidor público e levando conhecimento ao cidadão.

Serviços de Transparência

- Implantação de projetos de democracia representativa, participação popular e controle social;
- Criação, implantação e gestão de projeto de transparência administrativa municipal;
- Criação, reestruturação e gestão de Diários Oficiais de Prefeituras e Câmaras de Vereadores;
- Revisão de Lei Orgânica municipal e normatização da política pública de transparência administrativa municipal;
- Orientação a Imprensas Oficiais dos Estados sobre como criar, implantar e operar serviços integrados de publicação de atos oficiais, digitalização e armazenamento de documentos públicos municipais.

Serviços de Desenvolvimento Institucional

Na área de programas estruturantes

- Implantação de programas estruturantes de gestão documental através da digitalização e do armazenamento on-line de documentos de prestação de contas especificados pelos Tribunais de Contas e documentos de convênios firmados com secretarias e ministérios e de outros órgãos públicos;
- Implantação de programas de avaliação periódica externa e interna da qualidade dos serviços públicos;
- Implantação de programa de ouvidoria municipal compartilhada.

Na área de tecnologia da informação

- Suporte de infra-estrutura de tecnologia da informação aplicada à transparência administrativa municipal;
- Gestão de banco de dados digital de informação de atos oficiais que se sujeitam ao princípio constitucional da publicidade;
- Gestão de banco de dados digital da documentação de prestação de contas, inclusive de convênios;
- Locação de sistemas de Diário Oficial, arquivo público digital e ouvidoria municipal;
- Gestão de banco de dados da legislação municipal;
- Locação, hospedagem e gerenciamento de sites de Diários Oficiais eletrônicos de Prefeituras e Câmaras de Vereadores com fornecimento de sistema operacional, banco de dados, servidor de aplicação na modalidade ASP (Application Service Provider), serviço de firewall e de backup geral e incremental robotizado;
- Disponibilização de assinatura digital através de e-CPF e e-CNPJ no âmbito da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

Na área de publicação de atos oficiais

- Publicação de atos oficiais de Prefeituras e Câmaras de Vereadores no Diário Oficial da União, nos Diários Oficiais dos Estados e em jornais diários de grande circulação.

Na área de gestão do princípio constitucional da publicidade

- Gestão do princípio constitucional da publicidade através do Programa da Qualidade Total de Publicação de Atos Oficiais.

Na área de gestão de Diários Oficiais

- Gestão de Diários Oficiais de Prefeituras e Câmaras de Vereadores.

Na área de serviço auxiliar de publicação de atos oficiais

- Edição e diagramação de Diários Oficiais de Prefeituras e Câmaras de Vereadores para neles publicar todos os atos oficiais que a legislação não exige que sejam publicados no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado ou em jornal diário de grande circulação no estado.

Na área do Programa da Qualidade Total de Publicação de Atos Oficiais

- Gestão da publicação dos atos oficiais através do PQT, que permite receber, analisar e confrontar o material recebido com o padrão da norma legal, de maneira a identificar os requisitos de legalidade que envolvem a publicação dos atos oficiais;
- Emissão de relatórios de conformidade ou de não-conformidade, de acordo com o caso, dos prazos de publicação e da quantidade dos anexos dos instrumentos de transparência da gestão fiscal e das contas públicas;
- Auditoria de publicação dos avisos de licitações, contas públicas, instrumentos de transparência da gestão fiscal, leis, decretos e portarias.

Na área de monitoramento de informação de risco administrativo, fiscal e judicial

- Monitoramento estratégico de informação de risco administrativo, fiscal e judicial, através de leitura, busca, clipagem e armazenamento on-line de recortes de avisos administrativos e jurídicos publicados no DOU nas seções do TCU, da CGU e do MPF e no Diário da Justiça da União, que publica os atos judiciais dos Tribunais Superiores (STF, STJ, TSE, TST) e Tribunais da Justiça Federal.

Pesquisas e Estudos

- Promoção de pesquisas e estudos sobre os mais diversos assuntos e interesses da administração pública, com a finalidade de fornecer ao gestor público argumentos e base para tomada de decisão;
- Elaboração de estudos técnicos que divulguem informações inerentes ao meio público para a sociedade em geral;
- Promoção, através de divulgação de estudos e pesquisas, da transparência pública.

ALTERAÇÕES TERRITORIAIS ENTRE OS CENSOS DE 2000 E 2010

François E. J. de Bremaeker

Economista e Geógrafo

Consultor da Associação Transparência Municipal

Gestor do Observatório de Informações Municipais

Consultor da Escola de Gestão da Associação Brasileira de Municípios

(francois.bremaeker@tmunicipal.org.br)

(www.tmunicipal.org.br/oim)

O objetivo do presente estudo é fornecer os elementos necessários para a perfeita comparação dos dados censitários e de outras fontes no período entre 2000 e 2010.

Foram instalados novos Municípios em 2001, 2005 e 2009, ou seja, nos anos seguintes aos das eleições municipais.

Como em 2002 ocorreu a extinção de um dos Municípios instalados em 2001, serão considerados apenas os Municípios que permaneceram instalados. Este foi o caso do Município de Pinto Bandeira (RS) que, por medida judicial, teve sua área reincorporada ao Município de Bento Gonçalves (RS). Mas ele constará do quadro de alterações territoriais como referência e pelo fato de que em 2001 existia como Município e em 2002 podem ter sido registrados dados outros que não os censitários.

Os Municípios instalados em 2001

No ano de 2001 foram instalados 54 novos Municípios no País.

No ano de 2000 existiam no Brasil 5.507 Municípios.

Após a instalação destes Municípios o total deles passou a ser de 5.561 unidades. Mas, com a extinção do Município de Pinto Bandeira, o número total de Municípios no País ficou sendo de 5.560 unidades.

A região Sul foi a que apresentou o maior número de novos Municípios, tendo sido instaladas 30 unidades (depois 29 unidades), que representaram 55,6% do total de novos Municípios instalados em 2001. O acréscimo relativo sobre o número de Municípios da região foi de 2,6%.

A região Centro-oeste foi aquela que apresentou o segundo maior número de novos Municípios instalados em 2001. Seu número chegou a 17 unidades, representando um acréscimo sobre o total de Municípios da região da ordem de 3,8%.

A região Nordeste foi a que apresentou o terceiro maior número de novos Municípios. Foram criadas 5 unidades. Em relação ao total de Municípios da região, o acréscimo relativo foi de 0,3%.

A região Sudeste teve 2 novas unidades municipais, enquanto que a região Norte não teve nenhum novo Município.

Abaixo são apresentados os novos Municípios instalados em 2001 e os Municípios de onde se originaram.

QUADRO 1

**MUNICÍPIOS INSTALADOS EM 2001 E OS CORRESPONDENTES
MUNICÍPIOS DE ORIGEM**

ESTADOS E NOVOS MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS DE ORIGEM
PIAUÍ	
Pau d'Arco do Piauí	Altos
RIO GRANDE DO NORTE	
Jundiá	Várzea
ALAGOAS	
Jequiá da Praia	São Miguel dos Campos
BAHIA	
Barrocas	Serrinha
Luiz Eduardo Magalhães	Barreiras
ESPÍRITO SANTO	
Governador Lindenberg	Colatina
RIO DE JANEIRO	
Mesquita	Nova Iguaçu

ESTADOS E NOVOS MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS DE ORIGEM
RIO GRANDE DO SUL	
Aceguá	Bagé
Almirante Tamandaré do Sul	Carazinho
Arroio do Padre	Pelotas
Boa Vista do Cadeado	Cruz Alta
Boa Vista do Incra	Cruz Alta
Bozano	Ijuí
Canudos do Vale	Lajeado
Capão Bonito do Sul	Lagoa Vermelha
Capão do Cipó	Santiago
Coqueiro Baixo	Nova Bréscia
Coronel Pilar	Garibaldi
Cruzaltense	Campinas do Sul
Forquetinha	Lajeado
Itati	Terra de Areia
Jacuizinho	Salto do Jacuí
Lagoa Bonita do Sul	Sobradinho
Mato Queimado	Caibaté

ESTADOS E NOVOS MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS DE ORIGEM
----------------------------------	----------------------

RIO GRANDE DO SUL (cont.)

Novo Xingu	Constantina
Paulo Bento	Erechim
Pedras Altas	Pinheiro Machado
Pinhal da Serra	Esmeralda
Pinto Bandeira (*)	Bento Gonçalves
Quatro Irmãos	Erechim
Rolador	São Luiz Gonzaga
Santa Cecília do Sul	Tapejara
Santa Margarida do Sul	São Gabriel
São José do Sul	Salvador do Sul
São Pedro das Missões	Palmeira das Missões
Tio Hugo	Victor Graeff
Westfália	Teutônia

MATO GROSSO

Bom Jesus do Araguaia	Alto Boa Vista Ribeirão Cascalheira
Colniza	Aripuanã

ESTADOS E NOVOS MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS DE ORIGEM
----------------------------------	----------------------

MATO GROSSO (cont.)

Conquista d'Oeste	Pontes e Lacerda
Curvelândia	Cáceres Lambari d'Oeste Mirasol d'Oeste
Nova Nazaré	Água Boa
Nova Santa Helena	Cláudia Itaúba
Novo Santo Antônio	Cocalinho São Félix do Araguaia
Rondolândia	Aripuanã
Santa Cruz do Xingú	São José do Xingu
Santa Rita do Trivelato	Nova Mutum
Santo Antônio do Leste	Nova São Joaquim
Serra Nova Dourada	Alto Boa Vista São Félix do Araguaia
Vale de São Domingos	Pontes e Lacerda

GOIÁS

Campo Limpo de Goiás	Anápolis
Gemeleira de Goiás	Silvânia

ESTADOS E NOVOS MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS DE ORIGEM
----------------------------------	----------------------

GOIÁS (cont.)

Ipiranga de Goiás Ceres

Lagoa Santa Itajá

FONTE: IBGE

Organização: François E. J. de Bremaeker

Os Municípios instalados em 2005

No ano de 2005 foram instalados 4 novos Municípios no País.

Em 2003 existiam 5.560 Municípios, o que faz com que em 2005 passassem a existir 5.564 Municípios, considerando-se para fins estatísticos como Municípios o Distrito Federal (Brasília) e o Território Estadual de Fernando de Noronha, que integra o Estado de Pernambuco.

Dos quatro Municípios instalados em 2005, três deles se encontram na região Centro-oeste (dois no Estado do Mato Grosso e um no Estado do Mato Grosso do Sul) e o outro Município se encontra na região Nordeste, no Estado do Piauí.

Abaixo são apresentados os novos Municípios instalados em 2005 e os Municípios de onde se originaram.

QUADRO 2
**MUNICÍPIOS INSTALADOS EM 2005 E OS CORRESPONDENTES
 MUNICÍPIOS DE ORIGEM**

ESTADOS E NOVOS MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS DE ORIGEM
PIAUÍ	
Aroeiras do Itaim	Picos
MATO GROSSO DO SUL	
Figueirão	Camapuã Costa Rica
MATO GROSSO	
Ipiranga do Norte	Tapurah
Itanhangá	Tapurah
FONTE: IBGE Organização: François E. J. de Bremaeker	

O Município instalado em 2009

No ano de 2009 foi instalado 1 novo Município no País.

Em 2005 existiam 5.564 Municípios, o que faz com que em 2009 passem a existir 5.565 Municípios no País, considerando-se para fins estatísticos como Municípios o Distrito Federal (Brasília) e o Território Estadual de Fernando de Noronha, que integra o Estado de Pernambuco.

QUADRO 3**MUNICÍPIO INSTALADO EM 2009 E O CORRESPONDENTE
MUNICÍPIO DE ORIGEM**

ESTADO E NOVO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO DE ORIGEM
PIAUÍ	
Nazária	Teresina

FONTE: IBGE

Organização: François E. J. de Bremaeker

O ajustamento da base territorial

O quadro abaixo mostra como deve ser procedido o ajustamento da base territorial entre os anos de 2000 e 2010 ao se efetuar comparações com qualquer tipo de dados, envolvendo os novos Municípios instalados no período.

Vale à pena lembrar que os dados a serem comparados devem contemplar a soma dos resultados encontrados para os grupos de Municípios em 2000 e daqueles encontrados para os grupos de Municípios em 2010.

QUADRO 4

COMPATIBILIZAÇÃO DAS ÁREAS PARA FINS DE COMPARAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS MUNICIPAIS NO PERÍODO ENTRE 2000 E 2010

ESTADOS E MUNICÍPIOS EM 2000	MUNICÍPIOS EM 2010
PIAUÍ	
Altos	Altos Pau d'Arco do Piauí
Picos	Picos Aroeiras do Itaim
Teresina	Teresina Nazária
RIO GRANDE DO NORTE	
Várzea	Várzea Jundiá

ESTADOS E MUNICÍPIOS EM 2000	MUNICÍPIOS EM 2010
ALAGOAS	
São Miguel dos Campos	São Miguel dos Campos Jequiá da Praia
BAHIA	
Barreiras	Barreiras Luiz Eduardo Magalhães
Serrinha	Serrinha Barrocas
ESPÍRITO SANTO	
Colatina	Colatina Governador Lindenberg
RIO DE JANEIRO	
Nova Iguaçu	Nova Iguaçu Mesquita
RIO GRANDE DO SUL	
Bagé	Bagé Aceguá
Bento Gonçalves	Bento Gonçalves Pinto Bandeira (*)
Caibaté	Caibaté Mato Queimado

ESTADOS
E
MUNICÍPIOS EM 2000

MUNICÍPIOS
EM
2010

RIO GRANDE DO SUL (cont.)

Campinas do Sul

Campinas do Sul
Cruzaltense

Carazinho

Carazinho
Almirante Tamandaré do Sul

Constantina

Constantina
Novo Xingu

Cruz Alta

Cruz Alta
Boa Vista do Cadeado
Boa Vista do Incra

Erechim

Erechim
Paulo Bento
Quatro Irmãos

Esmeralda

Esmeralda
Pinhal da Serra

Garibaldi

Garibaldi
Coronel Pilar

Ijuí

Ijuí
Bozano

Itati

Itati
Terra de Areia

Lagoa Vermelha

Lagoa Vermelha
Capão Bonito do Sul

Lajeado

Lajeado
Canudos do Vale
Forquetinha

ESTADOS E MUNICÍPIOS EM 2000	MUNICÍPIOS EM 2010
RIO GRANDE DO SUL (cont.)	
Nova Bréscia	Nova Bréscia Coqueiro Baixo
Palmeira das Missões	Palmeira das Missões São Pedro das Missões
Pelotas	Pelotas Arroio do Padre
Pinheiro Machado	Pinheiro Machado Pedras Altas
Salto do Jacuí	Salto do Jacuí Jacuizinho
Salvador do Sul	Salvador do Sul São José do Sul
Santiago	Santiago Capão do Cipó
São Gabriel	São Gabriel Santa Margarida do Sul
São Luiz Gonzaga	São Luiz Gonzaga Rolador
Sobradinho	Sobradinho Lagoa Bonita do Sul
Tapejara	Tapejara Santa Cecília do Sul
Teutônia	Teutônia Westfália

ESTADOS E MUNICÍPIOS EM 2000	MUNICÍPIOS EM 2010
RIO GRANDE DO SUL (cont.)	
Victor Graeff	Victor Graeff Tio Hugo
MATO GROSSO DO SUL	
Camapuã Costa Rica	Camapuã Costa Rica Figueirão
MATO GROSSO	
Água Boa	Água Boa Nova Nazaré
Alto Boa Vista Cocalinho Ribeirão Cascalheira São Félix do Araguaia	Alto Boa Vista Cocalinho Ribeirão Cascalheira São Félix do Araguaia Bom Jesus do Araguaia Novo Santo Antônio Serra Nova Dourada
Aripuanã	Aripuanã Colniza Rondolândia
Cáceres Lambari d'Oeste Mirasol d'Oeste	Cáceres Lambari d'Oeste Mirasol d'Oeste Curvelândia
Cláudia Itaúba	Cláudia Itaúba Nova Santa Helena

ESTADOS E MUNICÍPIOS EM 2000	MUNICÍPIOS EM 2010
MATO GROSSO (cont.)	
Nova Mutum	Nova Mutum Santa Rita do Trivelato
Nova São Joaquim	Nova São Joaquim Santo Antônio do Leste
Pontes e Lacerda	Pontes e Lacerda Conquista d'Oeste Vale de São Domingos
São José do Xingu	São José do Xingu Santa Cruz do Xingú
Tapurah	Tapurah Ipiranga do Norte Itanhangá
GOIÁS	
Anápolis	Anápolis Campo Limpo de Goiás
Ceres	Ceres Ipiranga de Goiás
Itajá	Itajá Lagoa Santa
Silvânia	Silvânia Gameleira de Goiás

FONTE: IBGE.
Organização: François E. J. de Bremaeker

Foram criados 59 Municípios no período intercensitário entre 2000 e 2010, porém 58 foram os que se mantiveram instalados. Estes Municípios foram criados pelas regras que antecedem a Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996.

A seguir é apresentada a distribuição dos Municípios criados e instalados no período em referência.

TABELA 1

**DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS CRIADOS E INSTALADOS
NO PERÍODO ENTRE OS CENSOS DE 2000 E 2010**

BRASIL E GRANDES REGIÕES	ANOS					
	TOTAL MUNIC 2000	MUNICÍPIOS CRIADOS E INSTALADOS				TOTAL MUNIC 2010
		2001	2002	2005	2009	
BRASIL	5.507	54	- 1	4	1	5.565
Norte	449	-	-	-	-	449
Nordeste	1.787	5	-	1	1	1.794
Sudeste	1.666	2	-	-	-	1.668
Sul	1.159	30	- 1	-	-	1.188
Centro-oeste	446	17	-	3	-	466

FONTE: IBGE.

TABULAÇÕES ESPECIAIS: François E. J. de Bremaeker

A maioria dos Municípios instalados na década (87,93%) são de pequeno porte demográfico. Dos 51 Municípios com população até 10 mil habitantes, 9 possuem até 2 mil habitantes, 38 têm entre 2 mil e 5 mil habitantes e 4 Municípios possuem entre 5 mil e 10 mil habitantes.

Os Municípios considerados de médio porte perfazem 8,62% do total de novas unidades, possuindo 4 delas entre 10 mil e 20 mil habitantes e uma entre 20 mil e 50 mil habitantes.

Os dois Municípios de grande porte demográfico perfazem 3,45% do total de novas unidades. Uma delas possui entre 50 mil e 100 mil habitantes e outra possui entre 100 mil e 200 mil habitantes

SÉRIE ESTUDOS TÉCNICOS

1. Panorama das finanças municipais no período entre 2005 e 2006. Fevereiro de 2008.
2. As finanças municipais em 2007. Setembro de 2008.
3. As receitas tributárias municipais em 2007. Outubro de 2008.
4. As receitas dos Municípios do Estado da Bahia em 2007. Outubro de 2008.
5. As receitas dos Municípios do estado de São Paulo em 2007. Outubro de 2008.
6. Perfil dos Vereadores do Estado de São Paulo (2009-2012). Novembro de 2008.
7. Perfil dos Prefeitos brasileiros (2009-2012). Novembro de 2008.
8. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – São Paulo. Dezembro de 2008.
9. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Minas Gerais. Dezembro de 2008.
10. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Espírito Santo. Dezembro de 2008.
11. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Rio de Janeiro. Dezembro de 2008.
12. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Paraná. Dezembro de 2008.
13. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Santa Catarina. Dezembro de 2008.
14. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Rio Grande do Sul. Dezembro de 2008.
15. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Bahia. Dezembro de 2008.
16. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Sergipe. Dezembro de 2008.
17. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Alagoas. Dezembro de 2008.
18. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Pernambuco. Dezembro de 2008.
19. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Paraíba. Dezembro de 2008.
20. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Rio Grande do Norte. Dezembro de 2008.
21. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Ceará. Dezembro de 2008.
22. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Piauí. Dezembro de 2008.
23. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Maranhão. Dezembro de 2008.
24. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Mato Grosso do Sul. Dezembro de 2008.
25. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Mato Grosso. Dezembro de 2008.

26. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Goiás. Dezembro de 2008.
27. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Rondônia. Dezembro de 2008.
28. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Acre. Dezembro de 2008.
29. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Amazonas. Dezembro de 2008.
30. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Roraima. Dezembro de 2008.
31. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Pará. Dezembro de 2008.
32. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Amapá. Dezembro de 2008.
33. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Tocantins. Dezembro de 2008.
34. Os efeitos da renúncia fiscal do Governo federal nas finanças municipais e estaduais. Dezembro de 2008.
35. Perfil das Vereadoras do Estado de São Paulo (2009 – 2012). Dezembro de 2008.
36. Perfil dos Prefeitos do Estado de São Paulo (2009 – 2012). Dezembro de 2008.
37. Perfil dos Prefeitos do Estado de Minas Gerais (2009 – 2012). Dezembro de 2008.
38. Perfil dos Prefeitos do Estado da Bahia (2009 – 2012). Dezembro de 2008.
39. Evolução do Fundo de Participação dos Municípios (2007 – 2008). Janeiro de 2009.
40. Perfil dos Prefeitos do Estado da Bahia (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
41. Perfil dos Prefeitos do Estado do Espírito Santo (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
42. Perfil dos Prefeitos do Estado do Paraná (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
43. Perfil dos Prefeitos do Estado de Santa Catarina (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
44. Perfil dos Prefeitos do Estado do Rio Grande do Sul (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
45. Perfil dos Prefeitos do Estado do Mato Grosso do Sul (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
46. Perfil dos Prefeitos do Estado do Mato Grosso (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
47. Perfil dos Prefeitos do Estado de Goiás (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
48. Perfil dos Prefeitos do Estado do Maranhão (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
49. Perfil dos Prefeitos do Estado do Piauí (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
50. Perfil dos Prefeitos do Estado do Ceará (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
51. Perfil dos Prefeitos do Estado do Rio Grande do Norte (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
52. Perfil dos Prefeitos do Estado da Paraíba (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
53. Perfil dos Prefeitos do Estado de Pernambuco (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
54. Perfil dos Prefeitos do Estado de Alagoas (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
55. Perfil dos Prefeitos do Estado de Sergipe (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
56. Perfil dos Prefeitos do Estado de Rondônia (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
57. Perfil dos Prefeitos do Estado do Acre (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
58. Perfil dos Prefeitos do Estado do Amazonas (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
59. Perfil dos Prefeitos do Estado de Roraima (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
60. Perfil dos Prefeitos do Estado do Pará (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
61. Perfil dos Prefeitos do Estado do Amapá (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
62. Perfil dos Prefeitos do Estado do Tocantins (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
63. Comparações sobre o perfil dos Prefeitos brasileiros (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
64. Proposta alternativa à PEC 333/2004 na Câmara dos Deputados e 020/2008 no Senado Federal, segundo dados das despesas com a função legislativa em 2007. ,Fevereiro de 2009.

65. Despesas municipais com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2007. Março de 2009.
66. As despesas municipais com a função saúde em 2007. Março de 2009.
67. As transferências de recursos para os Municípios na área da saúde em 2007. Março de 2009.
68. Os recursos municipais alocados na área da saúde em 2007. Março de 2009.
69. Despesas dos Municípios do Estado de Minas Gerais com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2007, frente à crise financeira de 2009. Abril de 2009.
70. Despesas dos Municípios do Estado da Paraíba com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2007, frente à crise financeira de 2009. Abril de 2009.
71. Despesas dos Municípios do Estado de São Paulo com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2007, frente à crise financeira de 2009. Abril de 2009.
72. Limites das despesas das Câmaras Municipais de acordo com a PEC nº 47 / 2008. Abril de 2009.
73. Limites das despesas das Câmaras Municipais de acordo com a PEC nº 47 / 2008, para o Estado de São Paulo. Maio de 2009.
74. Limites das despesas das Câmaras Municipais de acordo com a PEC nº 47 / 2008, segundo a emenda do critério populacional. Maio de 2009.
75. Limites das despesas das Câmaras Municipais de acordo com a PEC nº 47 / 2008, segundo a emenda do critério populacional, para o Estado de Minas Gerais. Maio de 2009.
76. Limites das despesas das Câmaras Municipais de acordo com a PEC nº 47 / 2008, segundo a emenda do critério populacional, para o Estado de São Paulo. Maio de 2009.
77. As despesas municipais com a função legislativa em 2007. Maio de 2009.
78. A transparência das contas municipais. Junho de 2009.
79. Despesas dos Municípios do Estado da Bahia com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2007, frente à crise financeira de 2009. Junho de 2009.
80. Limites das despesas das Câmaras Municipais de acordo com a PEC nº 47 / 2008, segundo a emenda do critério populacional. Junho de 2009.
81. Perfil dos Vereadores do Estado do Ceará. Julho de 2009.
82. As despesas municipais com a função habitação em 2007. Julho de 2009.
83. As despesas municipais com a subfunção assistência à criança em 2007. Julho de 2009.
84. As despesas municipais e a pressão do salário mínimo em 2007. Agosto de 2009.
85. Subsídios à discussão do Projeto de Lei que pretende instituir a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano. I – Caracterização demográfica. Agosto de 2009.
86. A situação orçamentária dos Municípios brasileiros em 2007. Setembro de 2009.
87. Despesas municipais com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2008. Setembro de 2009.
88. As finanças municipais em 2008. setembro de 2009.
89. As receitas tributárias municipais em 2008. Setembro de 2009.
90. Despesas dos Municípios do Estado da Bahia com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2008. Setembro de 2009.
91. Despesas dos Municípios do Estado do Amapá com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2008. Setembro de 2009.

92. Despesas dos Municípios do Estado de São Paulo com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2008. Setembro de 2009
93. Alterações territoriais entre os censos de 2000 e 2010. Outubro de 2009.

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Encontra-se à disposição dos usuários, na página eletrônica da ONG Transparência Municipal o Observatório de Informações Municipais, contendo uma série de estudos, artigos e notícias de interesse dos Prefeitos, Vereadores, Secretários e servidores municipais, além do meio acadêmico, da mídia e de técnicos especialistas em assuntos relacionados à administração pública, em especial a municipal.

Também se encontram à disposição dos usuários um compêndio de legislação de interesse dos Municípios além de estimativas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e índices de inflação, atualizados mensalmente.

O Observatório inova através da abertura de um espaço de debate relacionado a temas que dizem respeito à defesa dos interesses dos Municípios.

Visite o Observatório de Informações Municipais acessando o endereço eletrônico: www.tmunicipal.org.br/oim.

Equipe do Observatório Municipal de Informações

Gestor

François E. J. de Bremaeker – francois.bremaeker@tmunicipal.org.br

Desenvolvimento de Sistemas e Inovação Tecnológica

Bruno Soares | Gerente de Desenvolvimento – bruno.soares@tmunicipal.org.br

Gustavo Z. Medeiros | Analista de Negócios de TI – gustavo.medeiros@tmunicipal.org.br

Jicelmo Andrade | Programador - jicelmo.andrade@tmunicipal.org.br

Juca Machado | WebDesigner - juca.machado@tmunicipal.org.br

Luciano França | WebDesigner - luciano.franca@tmunicipal.org.br

Jornalista colaborador

Geraldo Teixeira – geraldo.teixeira@tmunicipal.org.br